



EQUIPE

Eduardo Ferreira Ramos (Acadêmico extensionista,
edu.fe.raamoss@gmail.com)

Raphael Pereira de Aguiar (Acadêmico extensionista,
raphaelaguiar2016@outlook.com)

Tiago Geraldo de Lima Cosme (Acadêmico extensionista,
tgcosme03@gmail.com)

Wilson Alves Pereira Júnior (Acadêmico extensionista,
wilsonbr1243@gmail.com)

**INSERÇÃO DO DIREITO PENAL PARA DISCENTES DO ENSINO
MÉDIO**

INTRODUÇÃO

O Direito Penal é uma das áreas do Direito que se dedica ao estudo das condutas humanas que são consideradas crimes, bem como das punições aplicáveis a essas condutas. É um ramo do Direito que tem como objetivo proteger a sociedade, reprimindo as ações que coloquem em risco a vida, a integridade física e moral, a propriedade e os demais bens jurídicos tutelados.

O Direito Penal é regido por um conjunto de normas que definem os crimes e as penas aplicáveis a cada um deles. Essas normas são estabelecidas por meio de leis, decretos, resoluções e outros atos normativos emitidos pelo Estado.

A aplicação do Direito Penal envolve todo o processo de investigação, julgamento e execução das penas, e deve ser realizada com rigoroso respeito às garantias constitucionais e aos princípios fundamentais do Direito Penal, tais como a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa.

A compreensão do Direito Penal é essencial para os profissionais que atuam na área jurídica, como advogados, promotores de justiça, juízes e defensores públicos, bem como para aqueles que exercem funções relacionadas à segurança pública, como policiais e agentes penitenciários. Além disso, a sociedade como um todo também deve estar familiarizada com os princípios e normas do Direito Penal, de forma a poder exercer seu papel na defesa dos seus direitos e na promoção da justiça.

DESENVOLVIMENTO

História do Direito Penal

A história do Direito Penal é longa e complexa e remonta a épocas antigas. Desde os tempos mais remotos, as sociedades humanas buscavam estabelecer normas de conduta que regessem o comportamento dos indivíduos. Com o passar dos séculos, essas normas foram se tornando mais complexas e sofisticadas, e deram origem ao Direito Penal, que é uma das áreas mais importantes do Direito.

Os primeiros códigos de leis conhecidos foram criados pelos antigos sumérios, que habitavam a região da Mesopotâmia há cerca de 5.000 anos. Esses códigos estabeleciam punições para diversos tipos de crimes, como o furto, o roubo e o assassinato. O Código de Hamurabi, criado pelo rei babilônico Hamurabi, é um exemplo notável desse tipo de código, e é considerado uma das primeiras leis escritas da história.

Ao longo dos séculos, diversos outros códigos de leis foram criados em diferentes partes do mundo. Na Grécia Antiga, por exemplo, o filósofo Solon criou um código de leis que estabelecia punições para diferentes tipos de crimes, como o assassinato, a traição e o adultério. Já na Roma Antiga, o Direito Penal teve um papel importante no controle da sociedade, e o Código de Justiniano, criado no século VI d.C., foi um dos mais influentes de sua época.

Durante a Idade Média, o Direito Penal evoluiu de maneira significativa, com a criação de novas leis e instituições judiciárias. O surgimento do Cristianismo teve um papel importante nesse processo, já que a Igreja passou a ter uma influência cada vez maior na vida das pessoas. Nesse período, as punições eram geralmente bastante severas, e incluíam a tortura, a execução e a prisão perpétua.

Com o advento da Idade Moderna, o Direito Penal passou por uma série de mudanças significativas. As ideias do Iluminismo, que defendiam a igualdade perante a lei e a redução das penas mais cruéis, foram decisivas nesse processo. A França foi um dos países que mais contribuíram para a evolução do Direito Penal nessa época, com a criação do Código Penal Napoleônico em 1810.

No século XIX, surgiram diversas correntes de pensamento que buscavam reformar o sistema penal, como o Positivismo Criminológico e o Movimento da Escola Clássica. Essas correntes propunham a criação de leis mais justas e equitativas, baseadas em princípios científicos e em evidências empíricas.

Durante o século XX, o Direito Penal passou por novas mudanças significativas, com a criação de novas leis e instituições judiciárias. A luta pelos direitos humanos e pela igualdade de gênero e raça teve um papel importante nesse processo, levando à criação de leis mais progressistas e inclusivas.

Importância do Direito Penal

O Direito Penal é uma das áreas mais importantes do Direito, pois tem como objetivo proteger os indivíduos e a sociedade como um todo. Ele estabelece as normas e regras que definem o que é considerado crime e as punições correspondentes, quando essas normas são violadas.

A importância do Direito Penal pode ser vista em diversas áreas da sociedade. Em primeiro lugar, ele serve como um instrumento para prevenir a ocorrência de crimes, já que as pessoas sabem que podem ser punidas se violarem as leis. Isso contribui para manter a ordem e a segurança pública.

Além disso, o Direito Penal é uma ferramenta importante para a proteção dos direitos humanos. Ele estabelece punições para crimes como a violência doméstica, a discriminação racial e a violação dos direitos das crianças e dos idosos. Isso ajuda a garantir que esses direitos sejam respeitados e protegidos.

O Direito Penal também tem um papel importante na proteção da propriedade privada e dos bens públicos. Ele estabelece punições para crimes como o roubo, o furto e a corrupção, que prejudicam a sociedade como um todo. Isso contribui para manter a estabilidade econômica e social.

Outra importância do Direito Penal é a sua função de promover a justiça. Quando uma pessoa comete um crime, ela deve ser punida de acordo com a gravidade do delito. Isso ajuda a garantir que a justiça seja feita e que as vítimas dos crimes sejam reparadas.

Por fim, o Direito Penal tem uma importância fundamental na democracia. Ele estabelece limites para o poder do Estado, garantindo que os indivíduos tenham direitos e liberdades protegidos. Ele também garante que todos os cidadãos sejam tratados igualmente perante a lei, independentemente de sua posição social ou econômica.

Em resumo, o Direito Penal é fundamental para a proteção dos direitos humanos, da propriedade privada e dos bens públicos, além de ser uma ferramenta importante para a promoção da justiça e da democracia. Sem ele, a sociedade seria caótica e desordenada, com pessoas cometendo crimes sem temer as consequências.

Importância do Direito Penal nas escolas

A educação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o Direito Penal pode ser uma ferramenta importante nas escolas, não só para ensinar aos alunos sobre o funcionamento do sistema jurídico, mas também para promover valores como a justiça, a ética e a cidadania.

Uma das maneiras pelas quais o Direito Penal pode ser introduzido nas escolas é por meio do estudo de casos reais de crimes e suas consequências. Isso pode ajudar os alunos a compreender melhor as normas jurídicas e as punições aplicáveis em cada caso, além de sensibilizá-los sobre a importância de respeitar as leis.

O Direito Penal também pode ser uma ferramenta importante para ensinar sobre o valor da ética e da integridade. Os alunos podem aprender que a ética é fundamental em todas as áreas da vida, inclusive no sistema jurídico, onde é preciso respeitar os direitos humanos e as garantias fundamentais para a promoção da justiça.

Além disso, o estudo do Direito Penal pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, e que compreendem melhor o funcionamento do sistema jurídico. Isso pode ajudar a promover a participação cidadã na tomada de decisões importantes para a sociedade, bem como o respeito às leis e às instituições.

Outro ponto importante é que o Direito Penal pode ser usado como uma ferramenta pedagógica para promover a reflexão sobre questões sociais relevantes. Ao estudar casos de crimes, os alunos podem refletir sobre questões como violência doméstica, discriminação racial, entre outras, e compreender a importância de lutar contra esses problemas.

Por fim, o estudo do Direito Penal nas escolas pode contribuir para a prevenção do crime, na medida em que os alunos aprendem sobre as normas e punições aplicáveis em cada caso. Isso pode ajudar a sensibilizá-los sobre as consequências do crime e a importância de respeitar as leis.

Em resumo, o estudo do Direito Penal nas escolas pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, éticos e participativos, além de promover a prevenção do crime e a reflexão sobre questões sociais relevantes.

Importância dos menores de idade terem noções de lei e regras para a vida adulta

É fundamental que os menores de idade tenham noções de lei e regras para a vida adulta, pois isso contribui para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. O conhecimento das leis e regras ajuda os jovens a compreender melhor o funcionamento da sociedade em que vivem, bem como os direitos e deveres que possuem.

Além disso, o conhecimento das leis e regras pode ajudar os jovens a tomar decisões mais conscientes e responsáveis, evitando comportamentos que possam colocá-los em risco ou levá-los a cometer crimes. Eles aprendem sobre a importância de respeitar as leis e as instituições, além de compreender a gravidade das consequências do crime.

Ao compreender as leis e as regras, os jovens também se tornam mais capacitados para defender seus próprios direitos e os direitos dos outros, além de terem mais clareza sobre como agir em situações de conflito. Eles aprendem a dialogar, negociar e resolver problemas de forma pacífica, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Por fim, o conhecimento das leis e regras pode ser um importante instrumento para a construção de uma cultura de respeito à legalidade e à democracia. Os jovens aprendem a importância de participar da vida política e social, exercendo seus direitos e deveres, e se tornam mais engajados e responsáveis na construção de um futuro melhor para todos.

Evolução da maioridade penal

A questão da maioridade penal tem sido um tema polêmico e debatido há muitos anos em vários países. A maioridade penal é a idade em que uma pessoa é considerada legalmente responsável por seus atos criminosos. Historicamente, a idade da maioridade penal variou bastante entre diferentes países e culturas. No entanto, a maioridade penal tem evoluído ao longo dos anos, em resposta a diferentes contextos e necessidades sociais.

No Brasil, a maioridade penal começou a ser discutida no século XIX, sendo fixada inicialmente em 14 anos, que era a idade em que os jovens eram considerados capazes de responder criminalmente pelos seus atos. Essa idade permaneceu inalterada por muitos anos, até que a Constituição de 1988 elevou a idade da maioridade para 18 anos. Essa mudança foi influenciada por uma tendência internacional de elevar a idade da maioridade penal para 18 anos, uma vez que se acreditava que essa idade seria mais adequada para a proteção dos direitos dos jovens e para a sua reintegração na sociedade.

Desde então, a discussão em torno da maioridade penal tem sido intensa no Brasil. Há aqueles que defendem a redução da idade da maioridade para 16 anos, argumentando que muitos adolescentes já possuem maturidade suficiente para compreender a gravidade de seus atos. Outros, no entanto, acreditam que a redução da idade da maioridade penal não seria uma solução adequada para a prevenção do crime, e que seria necessário investir mais em políticas sociais e educacionais para ajudar os jovens a se integrarem melhor na sociedade.

Em outros países, a evolução da maioridade penal tem seguido um curso diferente. Em alguns lugares, como nos Estados Unidos, a idade da maioridade penal é de 18 anos para a maioria dos crimes, mas em casos graves como homicídio, pode ser reduzida para 16 anos. Em outros países, como a França, a idade da maioridade penal é de 18 anos, mas os menores de 16 anos podem ser responsabilizados criminalmente em casos excepcionais.

Alguns países adotam uma abordagem mais flexível em relação à maioridade penal, permitindo que os juízes avaliem caso a caso se um menor de idade deve ser considerado responsável por seus atos criminosos. Esse é o caso do Reino Unido, onde a idade da maioridade penal é de 18 anos, mas os juízes podem decidir que um menor de 18 anos é responsável por seus atos se eles considerarem que o jovem tinha maturidade suficiente para entender a natureza do crime.

É importante lembrar que a evolução da maioridade penal não é um processo simples ou uniforme. Ela depende de vários fatores, como a cultura, a história e a política de cada país. Além disso, é importante que a discussão em torno da maioridade penal leve em consideração não apenas a questão da responsabilidade criminal, mas também as necessidades sociais e psicológicas dos jovens, especialmente aqueles que cometeram crimes.

Conclusão

A introdução do estudo do Direito Penal nas escolas pode ser uma forma efetiva de conscientizar os jovens sobre a importância da lei e das regras na sociedade. Com a compreensão dos princípios básicos do Direito Penal, os estudantes podem adquirir habilidades e conhecimentos que os ajudem a entender as consequências de seus atos e a tomar decisões mais conscientes e responsáveis em suas vidas.

Referências

<https://silviarabello.jusbrasil.com.br/artigos/344812010/conceito-e-evolucao-historica-da-maioridade-penal-no-brasil>

<https://www.aurum.com.br/blog/direito-penal/>

<https://leonardoaaquiar.jusbrasil.com.br/artigos/333110363/escolas-penais>

<https://jus.com.br/artigos/97387/historia-do-direito-penal>

<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes/>